

Depois de 16 meses de investigação, o [juiz Sergio Moro](#) acumulou informação suficiente para passar à última fase da Operação Lava Jato: a instauração dos processos contra os políticos que acumularam subornos milionários, muito superiores às quantidades-limite estipuladas para as doações legais a partidos políticos.



A Procuradoria Geral da República e o Supremo Tribunal Federal já receberam a informação do caso e as declarações dos supostos corruptores: é questão de tempo que o [surgimento de deputados e senadores](#) (protegidos pelo foro privilegiado) propicie o trânsito parcial da causa a essas instituições radicadas em Brasília. “Temos os que pagaram. Faltam os que receberam”, resume um agente que participa da investigação.

mais informações

- [Doleiro, esse personagem brasileiro](#)
- [Partidos estimam que até 100 políticos sejam pegos na Lava Jato](#)
- [Assim é Sergio Moro, o juiz que sacode o Brasil](#)

As ramificações do caso Petrobras [já chegaram aos Estados Unidos](#), onde a petrolífera estatal brasileira também está sendo investigada, e à Suíça, para onde viajaram nesta semana investigadores do caso para auxiliar no rastreamento de ativos ilegais supostamente enviados por Fernando Soares, o ‘Baiano’, citado pelos delatores como operador do PMDB nos subornos da Petrobras. A inquietação entre os partidos políticos já se tornou pública. O presidente nacional do PT, Rui Falcão, afirmou no sábado que os políticos cuja implicação for comprovada serão expulsos da formação. “Temos o compromisso histórico de combater implacavelmente a corrupção”, publicou Falcão na página oficial do partido na internet.

A Comissão Parlamentar que investiga as irregularidades da empresa estatal (criticada por sua lentidão) assistirá nesta terça-feira à aguardada acareação entre o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, o delator premiado Paulo Roberto Costa, e o ex-diretor de Negócios Internacionais, Nestor Cerveró, acusado pelo primeiro de receber pagamentos ilegais derivados de contratos da empresa. O juiz Moro, enquanto isso, mantém a prisão preventiva dos principais diretores de empreiteiras detidos (que pela legislação brasileira pode se estender até seis meses), à espera de novas revelações e de que continuem a pingar declarações dos presos confessando sua culpa no âmbito de um acordo de colaboração com a Justiça.

Quando a Polícia Federal de Curitiba procurava um nome para a Operação Lava Jato, um dos candidatos foi ‘Operação Iceberg’. “Tinha um alcance escandaloso, completamente imprevisto”, comenta uma fonte muito próxima do caso. “Os empreiteiros eram só a superfície da trama”, conclui. “Veremos o que acontecerá agora”.

EL PAIS; ESPANHA